



Senado pode criar CPI sobre reajustes de planos de saúde

Dados oficiais indicam que, desde 2012, o aumento supera a inflação e, em casos de planos de adesão coletiva, pode chegar a 150% por ano

O presidente da Comissão de Direitos Humanos, senador Paulo Paim, vai analisar nos próximos dias proposta para uma comissão parlamentar de inquérito do Senado investigar correções consideradas abusivas nas mensalidades dos planos médicos. Segundo o movimento Chega de Descaso, que sugeriu a CPI em debate ontem, existe uma máfia que age no setor de saúde em conluio com agentes públicos. Paim também pensa em formar um grupo de trabalho para buscar soluções para combater os aumentos acima da inflação. **7**



Paim (2º à esq.) coordenou audiência pública ontem que debateu o tema com representantes dos consumidores, dos planos e da agência fiscalizadora do setor

Gerardo Magela/Agência Senado

Para não depor, Delcídio estuda recorrer à Justiça **2**

Audiência discute diagnóstico sobre detentas do país **7**

Produção de biocombustível deve ter critérios **3**

Projeto obriga que preso em flagrante vá a juiz em 24 horas

especial
Cidadania

Objetivo de texto pronto para votação em Plenário é garantir os direitos do preso e evitar tortura e maus-tratos. O juiz também decidirá se a prisão é necessária ou se pode ser substituída por outras medidas. Chamada audiência de custódia, a prática já ocorre no país desde 2015, quando foi regulamentada pelo Conselho Nacional de Justiça. **4 e 5**



Luiz Silveira/Agência ONU

Texto pode combater superlotação como a do presídio Anibal Bruno, no Recife

Escolha de reitores de universidades é tema de debate **6**

MP que incentiva exportação será avaliada amanhã **2**

Proposta agiliza liberação de local de acidente **7**

Nesta edição, encarte da Procuradoria da Mulher



Reprodução

Comissão vota texto sobre crimes praticados via internet

Está na pauta da Comissão de Desenvolvimento Nacional projeto para permitir que, havendo indício de crime

praticado por meio da internet, o investigador possa pedir informações cadastrais do investigado a provedores. **6**



Delegados de polícia e membros do Ministério Público poderão requerer dados

Polícia Civil do Rio Grande do Sul

Senador propõe nova eleição para presidente

Em mais um dia de debate em Plenário sobre os desdobramentos da crise política e econômica, o senador Valdir Raupp propôs ontem a realização de eleições presidenciais ainda este ano. A escolha se daria junto com as eleições municipais de outubro. Na tribuna, parlamentares da base disseram que as manifestações mais recentes em defesa do governo enfraqueceram os que defendem o impeachment da presidente Dilma. **8**

Colegiado analisa acessibilidade no Minha Casa

A Comissão de Direitos Humanos deve votar hoje projeto que obriga os responsáveis pela construção dos imóveis do Programa Minha Casa, Minha Vida a fazer adaptações de acordo com as necessidades de beneficiários idosos ou com deficiência. A proposta a ser analisada é um texto substitutivo de Paulo Paim a um projeto de Humberto Costa. Se for aprovada na comissão, poderá seguir diretamente para a Câmara. **3**

Marcos Oliveira/Agência Senado



O relator do caso Delcídio do Amaral, Telmário Mota (E), e o presidente do Conselho de Ética, João Alberto Souza

Defesa de Delcídio estuda ir à Justiça para adiar depoimento

Senador, que enfrenta processo de cassação por quebra de decoro, apresentou atestado médico e não compareceu ao Conselho de Ética no final do março. Colegiado espera conseguir ouvi-lo na quinta-feira

OS ADVOGADOS DE Delcídio do Amaral (sem partido-MS) devem apresentar um pedido à Justiça para adiar o depoimento do senador ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, marcado para a quinta-feira. A defesa diz que ele ainda está em tratamento de saúde. O período de afastamento por razões médicas, porém, se encerra hoje.

O relator do caso, Telmário Mota (PDT-RR), afirmou

que, mesmo com um novo atestado médico, Delcídio pode apresentar sua defesa ao Conselho de Ética, que analisa um processo sobre a cassação de seu mandato:

— Vamos dar continuidade ao processo. Estamos vendo um total desinteresse [de Delcídio] em fazer sua defesa.

Ele já havia sido convocado para prestar esclarecimentos ao conselho em 23 de março, mas apresentou um atesta-

do. Os senadores desta vez não descartam nem mesmo uma depoimento por vídeo-conferência.

Delcídio enfrenta um processo de cassação do mandato depois de ter sido preso sob a acusação de planejar a fuga de Nestor Cerveró, envolvido no escândalo de corrupção da Petrobras. Após quase três meses preso, o senador fechou um acordo de delação premiada e está em prisão domiciliar.

Comissão discute amanhã MP que incentiva exportação

A comissão mista que analisa a medida provisória que alterou as regras do seguro para exportação fará amanhã uma audiência pública interativa. O debate sobre a MP 701/2015 terá início às 14h.

A medida autorizou seguradoras e organismos internacionais a oferecer o Seguro de Crédito à Exportação (SCE), como forma de ampliar o leque de agentes que podem oferecer o seguro destinado à venda de produtos brasileiros no exterior. Atualmente, somente o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) é autorizado a oferecer essa modalidade de seguro.

De acordo com o governo, a inclusão de novos agentes garante o compartilhamento de risco com outras instituições, contribuindo para a abertura de mercados.

O dinheiro para a cobertura do SCE vem do Fundo de Garantia à Exportação (FGE), formado por recursos públicos.

A MP também permitiu que os recursos do FGE sejam utilizados para cobrir garantias dadas pelos bancos aos importadores na exportação



Contêineres no Porto de Paranaguá, no Paraná: MP muda seguro de exportação

de produtos agrícolas, nos casos em que o produtor for beneficiário de cotas tarifárias para mercados preferenciais, como algodão, açúcar e carne.

Remuneração

A proposta ainda estabelece os critérios de remuneração do agente financeiro contratado para prestar serviços ao SCE.

Também dispensa a União da cobrança judicial de créditos devidos por importadores que receberam garantias do seguro, financiado com recursos públicos do FGE, e não cumpriram com suas

obrigações contratuais.

Para debater a MP 701, foram convidados representantes do FGE, dos Ministérios da Fazenda e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, da Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias, da Diretoria de Seguros Habitacional e Rural do Grupo Segurador Banco do Brasil e Mapfre e da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne.

(Com Agência Câmara)

Veja ao lado como acompanhar a audiência e participar dela

Comissão Mista de Mudanças Climáticas debate plano de trabalho para 2016

A Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas se reúne amanhã, às 14h, para debater o plano de trabalho apresentado pelo relator, senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE).

O plano de trabalho prevê pelo menos nove audiências públicas para acompanhar a implementação do Novo Acordo do Clima, assinado no fim do ano passado, em especial as metas estabelecidas para o setor energético.

Outro assunto a ser discutido pelos parlamentares é como implementar a Contribuição Nacionalmente Determina-

da, que o Brasil adotará para diminuir as emissões de gases de efeito estufa, promovendo assim o desenvolvimento sustentável.

Marrocos

Os senadores e deputados também participarão da 22ª Conferência do Clima (COP-22) que está marcada para novembro, no Marrocos, para debater com negociadores internacionais possíveis mecanismos de apoio aos países mais vulneráveis.

A comissão foi criada em 2008 para acompanhar a questão das mudanças climáticas.

Ângela pede ao Congresso políticas públicas voltadas para os autistas

Ângela Portela (PT-RR) pediu a deputados e senadores que priorizem a implantação de políticas públicas voltadas para o autismo, problema que, segundo ela, impõe desafios médicos e educacionais a 1 milhão de famílias brasileiras.

A senadora destacou que o transtorno do espectro autista tem maior incidência entre



Jefferson Ruy/Agência Senado

crianças do que a aids, o câncer e a diabetes somados. Ela lembrou a comemoração do Dia Mundial do Autismo, em 2 de abril.

— É motivo de comemoração o fato de o legislador brasileiro já entender que a pessoa com deficiência não pode viver à margem da sociedade e que o poder público e a coletividade devem contribuir.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



CCT/CAS/CDH "Pílula contra câncer"

8h45 Audiência conjunta sobre os resultados do grupo criado para apoiar o desenvolvimento clínico da fosfoetanolamina.

DESBUROCRATIZAÇÃO Anteprojeto

9h Debate sobre o anteprojeto da Lei Geral da Desburocratização.

GMA Agroextrativismo

9h30 Votação de projetos, como o que incentiva o agroextrativismo.

MP 703 Acordos de leniência

10h Audiência sobre a MP, que dispõe sobre acordos de leniência.

CAE Multa no Imposto de Renda

10h Reunião com votação de textos como o PLS 444/2007, que muda a multa por atraso na declaração do Imposto de Renda.

MP 707 Dívida rural

11h Análise de relatório da MP, que prorroga dívida rural no semiárido.

CE Alunos com deficiência

11h30 Em pauta, projetos como o que proíbe a cobrança de taxa adicional para alunos com deficiência em escolas.

PLENÁRIO Medidas provisórias

14h Pauta trancada por três medidas provisórias.

MP 700 Audiência

14h30 Audiência sobre a medida provisória que dispõe sobre desapropriações por utilidade pública.

TRANSPARÊNCIA Requerimentos

14h30 Comissão analisa requerimentos.

VIOLÊNCIA CONTRA MULHER Presas

14h30 A comissão mista faz audiência a respeito de relatório sobre a população penitenciária feminina e debate a violência contra as mulheres presas. Logo após, apresenta relatório de avaliação de políticas públicas e analisa requerimentos.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: senado.leg.br/TV

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 10h, reunião da Comissão de Assuntos Econômicos. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Acessibilidade no Minha Casa deve ir à Câmara

Projeto que está na pauta de amanhã da Comissão de Direitos Humanos obriga responsáveis a promover adaptações específicas para idosos e pessoas com deficiência

O DESTAQUE DA pauta de amanhã da Comissão de Direitos Humanos (CDH) é a proposta que garante o atendimento de demandas de acessibilidade para beneficiários do Programa Minha Casa, Minha Vida.

O projeto (o PLS 650/2011) determina que os responsáveis pela construção dos imóveis do Minha Casa, Minha Vida ficarão obrigados a promover as adaptações necessárias para atender às necessidades particulares dos beneficiários idosos e portadores de deficiência. Os interessados deverão comunicar as demandas antes da formalização do contrato de compra e venda.

A legislação que regulamenta o Minha Casa, Minha Vida já obriga todos os imóveis, bem como as áreas comuns dos empreendimentos, a terem condições mínimas de acessibilidade. O texto trata de necessidades específicas de beneficiários individuais.

O projeto é do senador Humberto Costa (PT-PE) e será votado na forma de um substitutivo do senador Paulo Paim (PT-RS). A decisão da CDH será terminativa, ou seja, o projeto não precisará ir a Plenário caso seja aprovado e poderá seguir direto para a Câmara dos Deputados.

A CDH pode também apreciar algumas propostas que

envolvem as crianças. O PLS 382/2011 determina que os centros de compras que possuem área de lazer infantil disponibilizem pelo menos 5% dos brinquedos com condições de acessibilidade para crianças com deficiência.

Já o PLS 531/2013 modifica o Estatuto da Criança e do Adolescente no que se refere às regras de adoção para permitir que apenas um dos adotantes atenda ao requisito de ser 16 anos mais velho do que o adotado (atualmente, ambos precisam cumprir essa regra).

O PLS 667/2011 cria o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas, nos mesmos moldes do Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, que já existe. O PLS 547/2015 estabelece o Programa Patrulha Maria da Penha, que consiste em visitas periódicas a mulheres em situação de violência doméstica para verificar o cumprimento de medidas protetivas. E o PLS 504/2015 aumenta de R\$ 360 para R\$ 1.000 a pensão mensal destinada a portadores da síndrome da talidomida.

Além disso, a CDH poderá apreciar 11 requerimentos, a maioria convocando audiências sobre temas como dívidas de estados e municípios, regularização fundiária, atuação de milícias no Rio de Janeiro e o Estatuto do Índio.



Marcos Negrini/Governo de Mato Grosso

Novidade do projeto é atender as necessidades específicas da pessoa com deficiência no âmbito do programa federal

Programa pode ter cota para construtor civil

Projeto referente ao Minha Casa, Minha Vida também está na pauta de amanhã da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), que deverá analisar, em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado (PLS) 331/2015, que destina 5% das unidades construídas no âmbito do programa aos trabalhadores da construção civil. A reunião começa às 9h, na sala 7 da Ala Senador Alexandre Costa.

De Vanessa Grazziotin

(PCdoB-AM), o projeto é relatado por Randolfe Rodrigues (Rede-AP), favorável à proposição, à qual não foram apresentadas emendas. A senadora argumenta que as exigências burocráticas do Minha Casa, Minha Vida impedem que segmentos manifestamente carentes de atendimento habitacional sejam beneficiados. No caso dos trabalhadores da construção civil, observa, essa exclusão é particularmente perversa, uma vez que esses

trabalhadores são a mão de obra responsável pelo sucesso do programa.

Dados oficiais citados por Vanessa indicam que até 15 de novembro de 2014 foram contratadas 3,75 milhões e entregues 1,87 milhão de moradias no âmbito do Minha Casa, Minha Vida. Apesar disso, destaca a senadora, há amplas parcelas desassistidas — nelas incluídos os trabalhadores da construção civil — que continuam a residir em condições precárias.

Comissão examina regra para biocombustível

Projeto que estabelece critérios socioambientais para a produção de biocombustíveis pode ser votado amanhã pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI).

Segundo o autor da proposta (PLS 388/2009), Valdir Raupp (PMDB-RO), o mercado mundial vem buscando garantias e exigências cada vez mais rígidas de sustentabilidade para a produção de biocombustíveis.

Pelo texto, a produção das usinas só poderá ser iniciada após a emissão da licença do órgão ambiental responsável. As usinas também deverão obter certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro).

O projeto reforça que o trabalho infantil e o trabalho escravo não poderão ser utilizados em qualquer das etapas do processo. A produção das matérias-primas dos biocombustíveis não poderá ser feita em áreas destinadas a unidades de conservação municipais, estaduais ou federais.

Raupp destaca que o atendimento a critérios mais rígidos de produção pode fazer o bio-

combustível brasileiro, como o etanol, alcançar mais prestígio e ampliar a rede de comércio no mundo. Segundo ele, o Brasil tem potencial para tornar-se o principal fornecedor mundial de bioetanol produzido a partir da cana-de-açúcar, além de um importante fornecedor de biodiesel.

Exportação

O projeto conta com o apoio do relator, Roberto Rocha (PSB-MA). É inegável, segundo ele, o mérito da proposta, que tem a intenção “de ampliar o leque de oportunidades de exportação de biocombustíveis, mediante o rigoroso atendimento das exigências feitas por outros países, especialmente quanto ao processo e às condições de produção de combustível verde”.

O relator apresentou emenda para excluir um dos critérios socioambientais a serem exigidos dos produtores: condicionar a modernização dos processos produtivos à preservação de empregos.

“Se a modernização de um segmento produtivo, pontualmente, gerar desemprego,

cabe ao Estado dar uma solução para esse problema, mas sem inibir o movimento de tornar mais eficiente o processo produtivo”, argumenta.

Após análise da CI, o projeto seguirá para a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), onde vai tramitar em caráter terminativo.

Também consta da pauta o projeto de Ana Amélia (PP-RS) que assegura tratamento tarifário isonômico entre voos domésticos e internacionais, com origem ou destino em cidades-gêmeas fronteiriças (PLS 303/2012). O relator, Vicentinho Alves (PR-TO), é favorável ao texto com emendas. Se aprovada e não houver recurso para que seja votada pelo Plenário, a proposta seguirá para a análise da Câmara.

A comissão deve votar também dois requerimentos de Hélio José (PMDB-DF). Um deles pede audiência para debater as concessões da infraestrutura aeroportuária. O outro solicita uma avaliação das políticas públicas de implantação de energias alternativas e renováveis no Brasil.

Elmano comemora 30 anos da Universidade Estadual do Piauí

Os 30 anos de fundação da Universidade Estadual do Piauí (Uespi) foram lembrados por Elmano Férrer (PTB-PI). O senador registrou os principais momentos da história do ensino superior no Piauí e a sequência de atos que deram origem à Uespi, que começou oferecendo 240 vagas no primeiro vestibular e depois apresentou grande expansão, especialmente na década de 90.

Elmano, porém, chamou a atenção para as dificuldades financeiras da universidade e a precariedade da infraestrutura da instituição.

— A Uespi e seu formidável processo de expansão são dignos de registro. A universidade é obra de alguns educadores, cujos nomes ocupam patamar de destaque na história de nosso estado. Ela é o resultado paciente e obstinado da ação criteriosa de seus gestores.



Moreira Matiz/Agência Senado

Hélio José defende mais investimentos no Pronatec

Hélio José (PMDB-DF) defendeu ontem o fortalecimento do ensino técnico e mais investimentos no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

O Pronatec é uma ação do governo federal que tem o objetivo de democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no país.

De acordo com o senador, o programa tem como foco a população mais pobre e visa a ascensão social dessa camada. Hélio José ressaltou, no entanto, que o programa registra altos índices de evasão escolar.

— Nós sabemos que muitos estudantes trabalham e têm, portanto, dificuldades em seguir a rotina de estudos. Outros, assim que conseguem um emprego, deixam os estudos — afirmou.



Moreira Matiz/Agência Senado

Já em uso no país, audiências de custódia podem virar lei

Senado avalia projeto que dá prazo de 24 horas para que toda pessoa presa em flagrante seja levada à presença de um juiz, que decidirá se a prisão é necessária. Medida, incentivada pelo Conselho Nacional de Justiça, visa garantir os direitos do preso e evitar tortura ou maus-tratos

Paola Lima

DOS MAIS DE 700 mil presos que ocupam o sistema carcerário brasileiro, cerca de 230 mil estão em prisão provisória, ou seja, ainda não foram julgados ou sentenciados. Os dados do *Novo Diagnóstico de Pessoas Presas no Brasil*, levantamento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) de 2014, refletem uma realidade que uma proposta em tramitação no Senado pretende mudar de forma definitiva.

Apresentado em 2011 por Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), o Projeto de Lei do Senado 554/2011 estabelece o prazo máximo de 24 horas para um preso em flagrante ser apresentado ao juiz. O texto, que faz parte do grupo de propostas prioritárias definido pelos líderes partidários no início do ano e está pronto para votação em Plenário, legaliza o instituto da audiência de custódia, determinando a apresentação física do preso ao juiz e também a comunicação do ato da prisão, de imediato, pelo delegado ao Ministério Público, à Defensoria Pública — caso não tenha sido constituído advogado —, à família ou a pessoa indicada pelo preso.

O projeto teve o cuidado de explicitar que as informações obtidas na audiência de custódia — feitas logo após a prisão e, por isso, antes do tempo hábil para que o acusado monte sua defesa — serão registradas em autos apartados e não poderão servir de meio de prova contra ele. Deverão tratar, exclusivamente, da legalidade e da necessidade de prisão, da prevenção da ocorrên-

cia de tortura ou de maus-tratos e dos direitos assegurados ao preso e ao acusado.

Enquanto a proposta tramitava no Senado, onde foi analisada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e na Comissão de Direitos Humanos (CDH), o CNJ se antecipou e lançou, em fevereiro de 2015, o projeto Audiência de Custódia, prevendo por ato administrativo a prática no país. Em seguida, editou a Resolução 213/2015, regulamentando a prática. O conselho se baseou em normas já previstas em pactos e tratados internacionais assinados pelo Brasil — que têm força de lei —, como o Pacto Internacional de Direitos Cíveis e Políticos e a Convenção Interamericana de Direitos Humanos, conhecida como Pacto de San José. E por meio de termos de adesão, conseguiu que os 26 estados da Federação e o Distrito Federal adotassem a medida.

Para Valadares, autor do projeto, a audiência de custódia trata um grave problema social do país: a superlotação das prisões: — Essa medida assegura uma economia da ordem de mais de R\$ 4 bilhões. Cada preso custa ao Estado R\$ 3 mil por mês. Despesa que poderia ser atenuada caso a Justiça pudesse identificar

MEDIDAS JUDICIAIS

- Relaxamento da prisão ilegal
- Concessão de liberdade provisória, com ou sem pagamento de fiança
- Substituição da prisão por medidas cautelares (ex: uso de tornozeleiras eletrônicas)
- Conversão da prisão em flagrante em prisão preventiva

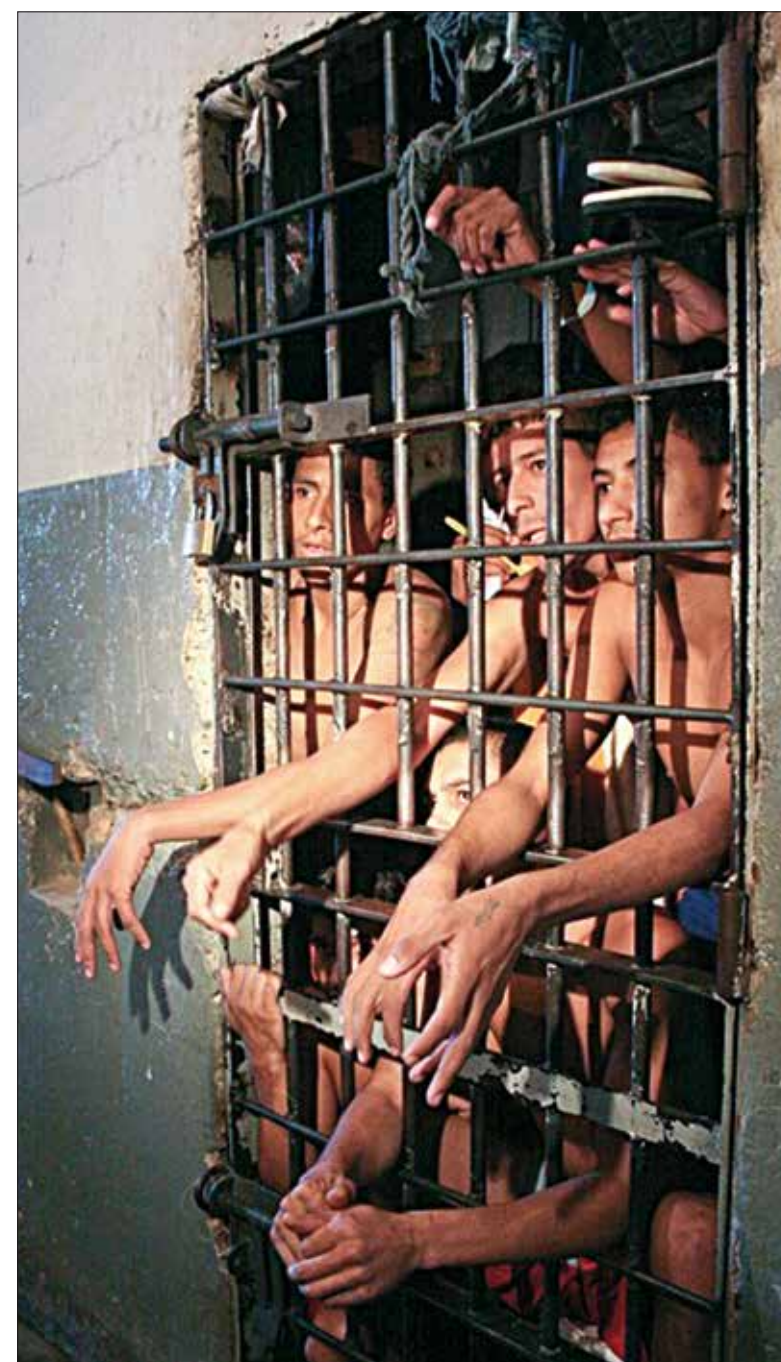
individualmente se aquele preso merece estar no lugar onde está ou se deveria ser liberado para responder o processo em liberdade. A proposta contribui para a correção de injustiças havidas nos cárceres e também poderia corrigir essa situação de dispêndio desnecessário.

O senador Humberto Costa (PT-PE), que foi relator do projeto na CCJ, ressalta a importância das audiências para que o país possa ter uma política de promoção da Justiça penitenciária, incentivando o desencarceramento e a melhoria do atendimento aos condenados que cumprem pena.

— Infelizmente, as prisões temporárias e preventivas às vezes se arrastam por um longo tempo e muitos desses casos poderiam ser resolvidos sem necessidade de prisão. Com as audiências, o juiz pode analisar com tranquilidade se é possível que o preso responda ao processo em liberdade ou não, e, em boa parte dos casos, a possibilidade de responder em liberdade é grande. Isso beneficia o enfrentamento da superlotação carcerária — argumenta.

A chance de se reduzir o número de prisões desnecessárias é reforçada pelo consultor legislativo do Senado na área de direito penal, processual penal e penitenciário Tiago Ivo Odon. Ele explica que o sistema judiciário no Brasil possui uma cultura de “carcerização”, com a prisão provisória sendo uma medida muito aplicada no país — 32% dos presos são provisórios, número considerado alto. Na Europa, o índice não chega a 20%. Odon defende que é preciso haver esforço coletivo para limitar essa tendência e as audiências surgem como instituto novo no combate da prática.

— O Supremo Tribunal Federal tem feito nos últimos anos mutirões carcerários e percebeu que há muitas pessoas presas irregularmente. O STF pegou, inclusive, casos de pessoas que já tinham cumprido a pena e ainda estavam presas. As audiências de custódia têm permitido resolver



Luiz Alves/Câmara dos Deputados

Combater a superlotação carcerária é um dos objetivos da proposta em análise

o problema na ponta. Mas a medida ainda não está prevista em lei, daí a razão deste projeto do Senado, para torná-la um instituto legal — acrescenta.

Designado relator do PLS em Plenário, o senador João Capiberibe (PSB-AP) destaca um outro ponto fundamental do projeto: a garantia de que o cidadão preso não sofra violência ou tortura.

— Em uma sociedade como a nossa, cujo Estado cultiva a violência, em que temos uma longa tradição de tortura pelas forças de segurança, é fundamental que aproveemos esse projeto, que já é uma prática. Só que é preciso ter uma lei que garanta esse direito a

todos os cidadãos que por acaso sejam detidos pelas forças de segurança. É uma garantia de vida, inclusive — argumenta.

O autor de um relatório especial contra a tortura apresentado ao Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, Juan Méndez, classificou as audiências de custódia como “uma das mais importantes iniciativas em políticas públicas para combater problemas em prisões arbitrárias e tortura”. O documento apresentado por Méndez foi resultado de visita oficial de 12 dias realizada ao país em agosto de 2015 a convite do governo brasileiro.

Juízes criticam falta de estrutura para aplicação da medida

A aplicação das audiências de custódia, entretanto, não é consenso entre os representantes das forças de segurança do país. Há questionamentos sobre a aplicabilidade real da proposta, uma vez que as garantias do preso em flagrante — preservação da sua integridade física e avaliação da sua prisão — já seriam previstas em lei. Há também críticas de que a medida sobrecarrega um sistema já lento e pesado, ao se criar uma nova prática no processo judicial sem ampliar, na mesma medida, os recursos humanos e materiais para atendê-la.

Para o presidente da Associação Nacional de Magistrados Estaduais (Anamages), desembargador Magid Lauer, as audiências de custódia estão fundamentadas principalmente em um tratado internacional (San José) de 1969, período em que havia ditaduras em diversos países da América Latina e em que era necessário garantir a segurança e a vida de presos, principalmente os políticos. Hoje, quase 50 anos depois, esse cuidado com a integridade física do preso já existe na própria legislação brasileira — o artigo 306 do Código de Processo Penal exige, por exemplo, que qualquer prisão seja notificada ao juiz, ao Ministério Público, ao advogado do preso ou à Defensoria Pública e à família.

— Se a prisão for ilegal, a manifestação é imediata. Seja da defesa, seja da autoridade policial — diz Lauer, que ressalta a garantia legal do preso de ter direito a processo célere, caso contrário o crime do qual é acusado prescreverá ou ele poderá ser solto por decurso de prazo. A Anamages chegou a entrar com ação direta de inconstitucionalidade contra a resolução do CNJ, que foi negada pelo Supremo Tribunal Federal sob a justificativa de falta de legitimidade da entidade (composta

de juízes estaduais) para apresentar a ação. O STF também negou ação da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil (Adepol) que questionava a legalidade das audiências.

A Anamages, porém, mantém as críticas. O presidente adverte que o sistema judiciário do país paga o preço por não comportar a implementação de uma nova medida processual.

Lauer cita como exemplo a rotina dos juízes de São Paulo, que precisam fazer 15 audiências por dia sobre processos de réus presos e passar a acumular mais cerca de 20 audiências de custódia. Em Minas Gerais, estado onde atua, Lauer diz haver déficit de 200 juízes, sendo que algumas comarcas estão há 10 anos sem a presença de um juiz.

Além disso, há cidades do interior do país que têm apenas um delegado, poucos policiais e uma única viatura. Quando há prisão em flagrante, é preciso mobilizar praticamente toda a equipe de segurança para fazer o deslocamento do preso até o juiz.

— Nós não nos recusamos a fazer as audiências de custódia.



Ubirajara/AB

Juiza comanda primeira audiência de custódia feita pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, em setembro do ano passado



Polícia Rodoviária Federal prende suspeito de chefiar assaltantes: prisão em flagrante passará a exigir audiência, segundo projeto

Em um ano, 25 mil prisões desnecessárias foram evitadas, avalia conselho

Na avaliação do primeiro ano do início da aplicação das audiências de custódia em todo o país, completado em fevereiro deste ano, o CNJ contabilizou mais de 48 mil audiências feitas e 25 mil prisões desnecessárias evitadas. Isso porque, com as audiências de custódia, os presos em flagrante passam a ter, em no máximo 24 horas, a opção de responder ao processo cumprindo outras medidas judiciais.

O ouvidor da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Paulo Alexandre Silva, um dos defensores da proposta, explica que a

audiência de custódia pode ter dois encaminhamentos: o das medidas judiciais (relaxamento de prisão, concessão de liberdade provisória, prisão preventiva ou medida cautelar) ou o das medidas sociais e assistenciais. Segundo o consultor Tiago Ivo Odon, a legislação brasileira permite, no caso das medidas judiciais, a conversão da prisão em flagrante em liberdade provisória com medida cautelar por meio de várias opções. Ao invés de prender a pessoa, em casos de crime de menor gravidade, sem violência, o juiz pode determinar

uma fiança, decretar uma medida de monitoramento (como a tornozeleira eletrônica) ou que o preso evite certos lugares, que se recolha a sua casa à noite, que evite contato com determinadas pessoas. Essas opções tornam a prisão desnecessária, sem, com isso, dispensar o processo judicial.

O ouvidor da OAB cita, por exemplo, casos de presos mantidos em prisão provisória, aguardando o andamento do processo, que cometeram delitos que nem sequer têm reclusão como pena.

— Esse é um dos benefícios da audiência de custódia: deixar preso só quem de fato precisa. A prisão provisória, às vezes, é um cárcere desnecessário. Isso é o que cidadão precisa saber — ressalta.

Direito do preso

Para o vice-presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), André Granja, a audiência de custódia é um direito assegurado ao preso e, por isso, precisa ser consolidada como lei. Granja admite que falta estrutura ao Poder Judiciário

para implementar a medida de forma ideal, mas contrapõe que o problema não pode ser empilhado para a garantia de direitos.

— Não pode se negar um direito do preso em flagrante de estar diante da autoridade policial imediatamente. Embora estejamos sensíveis aos problemas estruturais do Poder Judiciário, acreditamos que é preciso haver um melhor aparelhamento do sistema para garantir ao custodiado pela autoridade policial o direito de ser levado imediatamente ao magistrado — defende.



Vídeo da Agência Senado sobre a implementação das audiências de custódia no Brasil: <http://bit.ly/audienciacustodia>

Saiba mais

PLS 554/2011
<http://bit.ly/projeto554>

Site do CNJ sobre audiências de custódia
<http://bit.ly/custodiaCNJ>

Veja todas as edições do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/especialcidadania

Apuração de crime cibernético deve ter regras

Para obter provas, investigador ficará autorizado a solicitar dados cadastrais de usuários a provedores de internet, segundo projeto em pauta na Comissão da Agenda Brasil

AGENDA BRASIL

A COMISSÃO ESPECIAL do Desenvolvimento Nacional deve analisar amanhã o projeto de Otto Alencar (PSD-BA) que estabelece regras para obtenção de provas de crimes praticados por meio da internet.

A proposta (PLS 730/2015) permite que, havendo indício de crime, delegado de polícia ou membro do Ministério Público possam requisitar a qualquer provedor as informações cadastrais relativas à qualificação pessoal, à filiação e ao endereço do investigado. É necessária ordem judicial para obter outras informações.

A ordem judicial só poderá ser requerida quando for impossível obter as informações por outros meios. O texto ga-

rante a manutenção do sigilo dos dados, proibindo o fornecimento a terceiros ou a órgão de comunicação social.

O relator, Antonio Anastasia (PSDB-MG), apresentou duas emendas. Uma delas explicita que os provedores ficam obrigados a fornecer apenas informações cadastrais existentes, já que muitas vezes o usuário não fornece dados como filiação ou telefone fixo.

No texto original, há a obrigação de que os provedores mantenham departamentos técnicos em funcionamento integral para atendimento das determinações judiciais ou requisições. Emenda do relator substitui a expressão "departamento técnico" por "pessoal apto".

Também pode ter votação

finalizada, em turno suplementar, o substitutivo de Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) ao PLS 741/2015, de Anastasia, que determina que as multas por infração ambiental, em

situação de emergência ou calamidade pública provocada por desastres ambientais, sejam revertidas na totalidade para as regiões afetadas.

Outro substitutivo na pauta é

o de Cristovam Buarque (PPS-DF) ao PLS 104/2015, de José Agripino (DEM-RN), que cria a Política Nacional de Estímulo ao Empreendedorismo do Jovem do Campo.



Anastasia (C) é relator na Comissão do Desenvolvimento Nacional de projeto sobre crimes cometidos pela internet

Beto Bonatti/Agência Senado - 9/3/2016

Comissão debate mudança na escolha de dirigentes de universidades

Os mecanismos e critérios para a escolha de reitores e demais dirigentes de instituições de ensino superior serão debatidos amanhã na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

A audiência foi requerida por Cristovam Buarque (PPS-DF), relator de projeto (PLS 379/2013) que estabelece mudanças nesses critérios.

A proposta, de Delcídio do Amaral (sem partido-MS), estabelece que a Presidência da República nomeará reitores e vice-reitores de universidades federais, após processo de votação direta e paritária. Os votos de professores, técnicos

e estudantes da respectiva instituição terão o mesmo peso, um terço para cada uma dessas categorias. Reitor e vice terão de ser professores dos

dois níveis mais elevados da carreira ou possuir título de doutorado.

O projeto estabelece ainda regras para a escolha de

diretores e vice-diretores de unidades universitárias federais e estabelecimentos isolados de ensino superior mantidos pela União, e de reitores, pró-reitores e diretores-gerais de institutos federais de educação, ciência e tecnologia.

Autonomia

A proposta preserva a autonomia das instituições de ensino superior privadas, que escolhem dirigentes de acordo com os respectivos estatutos e regimentos.

As instituições mantidas pelos estados, municípios ou pelo Distrito Federal continuarão escolhendo os dirigentes

segundo regras dos respectivos sistemas de ensino.

Foram convidados representantes da União Nacional dos Estudantes (UNE), da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (Fasubra), da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc) e da Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Humano de Palmas.



Audiência discutirá projeto sobre votação em instituições como a UnB, em Brasília

Edilson Rodrigues/Agência Senado

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

Projeto disciplina profissão de técnico para todos os tipos de esporte

A regulamentação da profissão de técnico de todas as modalidades esportivas coletivas está na pauta de amanhã da Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O projeto (PLS 522/2013), do ex-senador Alfredo Nascimento, tramita em decisão final. Se aprovado, deve seguir para a Câmara. O relator, Romário (PSB-RJ), acrescentou emendas.

— Vamos ter normas aplicáveis a um mesmo perfil profissional, que vai diferir só em relação ao esporte a que se dedicam: futebol, basquete, vôlei, futsal e tantas outras modalidades coletivas — explicou.

Segundo Romário, o objetivo maior da proposta é acabar com uma polêmica gerada pela Lei 8.650/1993, que disciplina a atividade de técnico de

futebol. O relator entende que a intenção original da lei era conceder preferência aos diplomados em educação física, na escolha e reconhecimento como treinador. A questão é que os órgãos de fiscalização, segundo o senador, interpretam que o trabalho só pode ser exercido preferencialmente por diplomado em educação física, e suplementarmente por um

profissional em exercício da atividade à época da edição da lei.

— O grande mérito do projeto, portanto, é democratizar o exercício da atividade. A restrição não faz sentido porque a maior parte dos treinadores hoje em atividade formou-se na prática da mesma modalidade esportiva coletiva que coordena ou treina — esclarece.

Outro item na pauta é o PLS 118/2014, de Vanessa Graziottin (PCdoB-AM), determinando que, em caso da morte do titular de plano privado de saúde, seja assegurado aos dependentes o direito à manutenção das condições contratuais e à redução proporcional da contraprestação pecuniária. O relator é Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.



Paulo Paim (C), que coordenou o debate de ontem, quer outra audiência para discutir índices de correção dos planos

Senado pode criar CPI para apurar preço de plano médico

Paim analisará proposta para investigar aumentos acima da inflação desde 2012 e que chegaram a 150%. Planos destacaram baixa rentabilidade e ANS disse que operadoras devem publicar política de correção

A ATUAÇÃO DOS planos de saúde pode ser alvo de uma CPI do Senado. O presidente da Comissão de Direitos Humanos (CDH), Paulo Paim (PT-RS), avaliará nos próximos dias a proposta, que foi apresentada ontem numa audiência pública da CDH.

O senador também sugeriu a formação de um grupo de trabalho que aponte caminhos para combater aumentos abusivos dos planos de saúde.

A sugestão da CPI é do coordenador do movimento Chega de Descaso, Leandro Farias, que participou ontem de um debate sobre a política de reajuste dos planos. Segundo um manifesto do movimento, há hoje uma máfia atuando no setor em conluio com agentes públicos.

— Na Câmara, [o presidente da Casa] Eduardo Cunha vetou uma CPI sobre os planos de saúde. Ele recebeu doações — disse Farias.

Paim citou dados oficiais para mostrar que os reajustes concedidos desde 2012 pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) são sempre significativamente superiores aos índices oficiais de inflação. Para os reajustes autorizados entre 2012 e 2015, os aumentos foram de 9,5% a 13,55% — os índices inflacionários ficaram entre 7% e 9%.

Críticas

A situação mais grave, no entanto, está nos planos de adesão coletiva, que não são regulados pela ANS sob a alegação da sinistralidade em relação aos gastos atribuídos aos participantes. Nesse tipo de serviço, onde estão hoje 80% dos usuários, as mensalidades vêm disparando desde 2014, destacou Paim. Os reajustes desde então têm ficado entre 20% e 150% por ano.

— São milhares de reclamações que já chegaram ao

meu gabinete. O Executivo e o Legislativo não podem ignorar mais a situação. Muita gente está tendo que sair dos planos após vários anos pagando sem ter usufruído nada — afirmou Paim.

Leandro Farias destacou que os planos de saúde devem hoje ao poder público cerca de R\$ 2 bilhões. Os débitos estão relacionados com os gastos feitos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) com pacientes que possuem planos de saúde.

Segundo Farias, o setor teria lucros da ordem de R\$ 100 bilhões por ano, valor correspondente a todo o Orçamento destinado no país à saúde pública.

Ele acrescentou que em 2014 os planos destinaram R\$ 152 milhões para 131 candidaturas aos mais diversos cargos eletivos, o que, disse, também provoca distorções.

Lista tríplice

O coordenador do movimento Chega de Descaso defende que a diretoria da ANS, a quem compete fiscalizar as empresas da área, seja escolhida por meio de lista tríplice, após votação dos servidores, como ocorre na Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Hoje os diretores são nomeados por indicação política.

Ele pediu também o fim das renúncias fiscais, isenções de impostos e outros subsídios ao setor de saúde privado.

Para Diego Cherulli, advogado da Federação dos Aposentados e Pensionistas do Distrito Federal, os planos continuam impondo reajustes exorbitantes tendo como base a idade dos usuários, prática vedada pelo Estatuto do Idoso. Ao mesmo tempo, disse, os hospitais privados se equivalem hoje aos públicos, não conseguindo atender a demanda com padrões de qualidade aceitáveis.

Representante da Secretaria

Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça, Igor Rodrigues afirmou que a pasta vem trabalhando para que as operadoras adotem planilhas mais transparentes em relação aos custos e que facilitem as regras sobre a rescisão de contratos nos planos coletivos.

A defesa dos planos

Antonio Abbatepaolo, da Associação Brasileira dos Planos de Saúde (Abrange), disse que Leandro Farias se enganou ao dizer que o setor lucra “mais de R\$ 100 bilhões por ano”. O valor, conforme o dirigente, expressa o volume total de faturamento, não de lucro.

Ele também chamou a atenção para as dificuldades das operadoras, cuja margem de rentabilidade hoje estaria por volta de 0,2%, o que tecnicamente pode ser classificado de “deseconomia”.

Luiz Saraiva, da União Nacional de Instituições de Autogestão em Saúde (Unidas), acrescentou que a ANS tem incluído crescentemente mais demandas às operadoras no rol de custeios, um dos fatores que colaboram para os aumentos. Citou que a ANS tem aplicado multas a operadoras que chegam a até R\$ 1,5 milhão, o que também contribuiria para a elevação dos custos.

O representante da ANS no debate, Rafael Vinhas, informou que a partir de agosto as operadoras estarão obrigadas a informar em suas páginas na internet a planilha na qual baseiam as políticas de reajuste dos planos coletivos.

Afirmou ainda que as políticas de reajuste que norteiam as correções anuais das mensalidades são as consagradas mundialmente, levando em conta a capacidade das empresas de arcar com os custos, causando o menor prejuízo possível à qualidade na prestação dos serviços.

Realidade das presas do país será debatida em comissão

A Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher faz hoje, às 14h30, uma audiência pública interativa para apresentar o primeiro relatório nacional sobre a população penitenciária feminina, o *Infopen Mulheres*. As senadoras também vão debater situações de violência contra as mulheres presas.

O relatório, segundo o Ministério da Justiça, mostra que a população penitenciária feminina subiu de 5,6 mil para 37,4 mil detentas entre 2000 e 2014 — crescimento de 567% em 15 anos. A taxa é superior ao crescimento geral da população penitenciária, que teve aumento de 119% no mesmo período.

O documento também

apresenta a evolução do número de mulheres presas no país e por estado, a taxa de encarceramento feminino por grupo de 100 mil habitantes e o comparativo com outros países.

Foram convidados o diretor-geral do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça, Renato de Vitto, a professora da Universidade de Brasília e autora do livro *Cadeia: relato sobre mulheres*, Debora Diniz, e a jornalista e autora do livro *Presos que Menstruam: a brutal vida das mulheres — tratadas como homens — nas prisões brasileiras*, Nana Queiroz.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela



Número de mulheres presas cresceu 567% em 15 anos no país, diz estudo

Projeto libera local de acidente de trânsito antes de vistoria

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) pode aprovar amanhã em decisão terminativa (sem necessidade de posterior aprovação do Plenário) um projeto que altera o Código de Trânsito Brasileiro para permitir a retirada imediata de vítimas e veículos envolvidos em acidente de trânsito, independentemente de o local ter sido ou não vistoriado pela perícia. A remoção ficará autorizada caso o episódio cause transtorno ao tráfego.

A proposta (PLC 128/2011) recebeu parecer favorável do relator, senador Edison Lobão (PMDB-MA), que apresentou substitutivo.

A intenção é deixar clara ainda a possibilidade de qualquer autoridade de trânsito (municipal, estadual ou federal) determinar a liberação imediata da via caso o acidente atrapalhe o trânsito.

Pelo projeto, os agentes que determinarem a remoção deverão fazer o registro da ocorrência.

Para reforçar o controle de velocidade no Código de Trânsito Brasileiro — a velocidade alta está associada a acidentes —, Lobão propõe

a abertura de duas frentes: ampliar a exploração dos recursos oferecidos pelo tacógrafo (equipamento registrador instantâneo dos dados de velocidade e tempo do veículo) e corrigir distorções nos critérios de apuração e punição por excesso de velocidade.

O substitutivo permite não só que o agente de trânsito faça a leitura de dados do tacógrafo, como também possibilita a retirada do equipamento do veículo pela autoridade em caso de acidente com vítima e na ausência de perito oficial.

Quanto à notificação de multas por excesso de velocidade, o substitutivo redefine os patamares de gravidade das infrações (média, grave ou gravíssima) pela condução do veículo em velocidade superior à máxima permitida na via. São revistas as penalidades a serem aplicadas e o critério de mensuração de excessos cometidos, que passariam a ser contados em unidades absolutas, e não em percentuais.

Se o substitutivo for aprovado, passará por turno suplementar de votação na próxima semana na CCJ.

Senador defende entendimento entre os três Poderes para construção de uma proposta que, segundo ele, é a única saída legítima e pacífica para a crise política e a recessão

Raupp quer nova eleição presidencial este ano

A ÚNICA SAÍDA pacífica e legítima para a situação atual do país, segundo Valdir Raupp (PMDB-RO), é o Congresso se unir em torno da construção de uma proposta para a convocação de novas eleições presidenciais em 2016.

— O Brasil enfrenta uma de suas maiores crises políticas da história recente e, ao mesmo tempo, uma grave recessão econômica. O povo está revoltado e surpreso com a paralisia do governo. Então, considero meu dever lançar essa sugestão — afirmou.

Segundo o senador, as eleições seriam convocadas por meio de uma proposta de emenda à Constituição (PEC) e aconteceriam junto com as eleições municipais previstas para outubro. A apresentação de uma PEC requer o apoio de pelo menos 27 senadores ou 171 deputados.



“Crescentes incertezas comprometem também a legitimidade do Legislativo”, afirma Raupp, ao propor novas eleições

— A conclusão do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff, independente do resultado que tiver, não encerrará o acirramento político no país. As crescentes incertezas comprometem também a legitimidade do

Legislativo, que vê sua atuação cada vez mais judicializada em função do agravamento dos embates e da não aceitação da posição divergente — disse.

Raupp admitiu que não seria fácil encontrar embasamento legal para a convocação de

novas eleições com Dilma ainda no exercício do mandato conquistado há dois anos. No entanto, ele disse acreditar que um diálogo entre os três Poderes pode solucionar “esse nó”.

— Sei que falta expediente jurídico para permitir uma

antecipação da eleição, mas se a presidente da República, o vice-presidente, o Congresso Nacional e o Judiciário se entenderem, isso pode ser aprovado aqui em 30 dias — ponderou.

Abordagens

Outros senadores já se pronunciaram em Plenário a favor da realização de novas eleições, com diferentes abordagens.

Ontem, Paulo Paim (PT-RS) defendeu a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte para tratar exclusivamente de uma reforma do sistema político (*abaixo*).

Na última quinta-feira, Raulo Rodrigues (Rede-AP) bancou a ideia de eleições gerais, que envolvessem também a renovação da Câmara dos Deputados e de dois terços do Senado.

Paim defende Constituinte exclusiva para votar reforma política e eleitoral

A convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte exclusiva para fazer as reformas política, partidária e eleitoral foi defendida por Paulo Paim (PT-RS).

Os integrantes seriam eleitos pelo voto popular, admitidas candidaturas avulsas. Esses integrantes não poderiam concorrer nas próximas eleições e quem atual-

mente mantém mandato parlamentar também não poderia concorrer. Outro pré-requisito: ser ficha-limpa. Um plebiscito validaria a proposta e, em 2018, seriam realizadas eleições gerais em todos os níveis com “uma disputa eleitoral baseada em outra matriz”. Paim solicitou à Consultoria do Senado o estudo de uma PEC sobre o tema.

Fisiologismo em reforma ministerial é inaceitável, segundo Reguffe

Uma reforma ministerial só é aceitável se for para promover melhorias no serviço público, disse Reguffe (sem partido-DF). O senador classificou de inaceitável que o governo use a reforma como estratégia, como acusa a imprensa, para conseguir apoio e barrar o processo



de impeachment no Congresso. Reguffe considera exagerado o número de cargos comissionados na administração brasileira. Segundo ele, na França há 4,8 mil e nos Estados Unidos, 8 mil.

— No Brasil, são 23.941. É para oferecer a indicação desses cargos para parlamentares — acusou.

Lindbergh acusa PMDB de tramar golpe para “assaltar o poder”

Lindbergh Farias (PT-RJ) acusou o vice-presidente da República, Michel Temer, e o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, de articularem um golpe contra a presidente Dilma Rousseff.

— O PMDB quer assaltar o poder e abafar as investigações da Lava-Jato — disse.

Para o senador, a tese do impeachment está

perdendo força, justamente porque “a sociedade percebeu que o PMDB quer tomar o poder a qualquer custo”.

— Há uma semana o que a gente tem visto é que ficou claro, inclusive para as pessoas que estão contra o governo, contra Dilma e contra o PT, que não é aquela alternativa que eles querem. Existe uma chama de golpe.

Humberto rejeita proposta de dupla renúncia e diz que país vai melhorar

Humberto Costa (PT-PE) voltou a classificar o movimento pelo impeachment da presidente



Dilma Rousseff como um golpe motivado pelo inconformismo dos derrotados nas urnas.

O senador rejeitou a proposta de renúncia de Dilma e do vice-presiden-

te Michel Temer, apresentada pela *Folha de S.Paulo* no domingo. Ele expressou confiança na rejeição do impeachment, apesar de, segundo disse, a oposição fazer o jogo do “quanto pior, melhor”.

— Não vai ter golpe. Vamos continuar como um país democrático e o Brasil vai melhorar.

Medeiros afirma que pedaladas fiscais não foram para os programas sociais

O dinheiro das chamadas pedaladas fiscais não foi usado para subsidiar ações sociais como tem argumentado o governo, afirmou ontem o senador José Medeiros (PSD-MT).

Ele mencionou estudo da ONG Contas Abertas, segundo o qual a maior parcela dos recursos foi



para o Programa de Sustentação do Investimento, destinado à produção, aquisição e exposição de bens de capital.

— O discurso de Lula que tenta justificar o fato de o governo ter desrespeitado a Lei de Responsabilidade Fiscal para atender os mais pobres não é verdade.

Para Gleisi, mobilização em defesa do governo reverteu expectativas

Gleisi Hoffmann (PT-PR) disse ontem que não haverá impeachment da presidente Dilma. A senadora afirmou que a reversão de expectativas se dá em razão das manifestações de rua na sexta-feira e do dia 18 de março, repudiando “o golpe contra a democracia”.



Ela ressaltou que diversas entidades se manifestaram contra o afastamento de Dilma, como a CNBB e o MST.

— Derrotada a pauta do impeachment, precisamos abrir o caminho para a retomada do diálogo e do esforço político para melhorar a economia e a vida da população.

Ana Amélia critica manifestações que incitariam clima de ódio no Brasil

Ao analisar o que classificou como clima de ódio no país, Ana Amélia (PP-RS) apresentou exemplos de



incitação a conflitos. Um deles, afirmou, é um vídeo em que a filósofa Marilena Chauí diz que a classe média é uma abominação política, porque é fascista.

A senadora também criticou a incitação à invasão de terras feita por dirigente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). Segundo Ana Amélia, o sindicalista disse que uma forma de enfrentar a “bancada da bala” contra o “golpe” é ocupar propriedades.

Sem crime de responsabilidade não há impeachment, sustenta Telmário

Para Telmário Mota (PDT-RR), o processo de impeachment de Dilma Rousseff que tramita na Câmara não tem relação com a corrupção na Petrobras, investigada pela Lava-Jato. O que embasa o pedido de impeachment, disse, são as pedaladas fiscais, também praticadas por governadores e ex-presidentes e que não configuram

crime de responsabilidade. Por isso, não podem fundamentar o pedido, avalia o senador:

— O impeachment está previsto na Constituição, mas só pode ser aplicado em quem pratica crime de responsabilidade.

Ele destacou que, graças aos programas sociais do governo, os brasileiros passaram a usufruir de serviços essenciais.

Processo de destituição de Dilma está perdendo força, avalia Fátima Bezerra

Fátima Bezerra (PT-RN) defendeu o governo e criticou o processo de impedimento da presidente. Para a senadora, o impeachment perde força com o desembarque do PMDB da base aliada. Ela avaliou como demonstração de desespero da oposição os ataques “mentirosos



e desrespeitosos” sobre suposto desrespeito emocional da presidente.

A senadora também destacou as manifestações do dia 31 em apoio a Dilma: — Ficou claro que mesmo os descontentes com o governo, mas que prezam a democracia, estão dispostos a garantir que não vai ter golpe.